Seminário de discussão sobre a filosofia moral de J. McDowell (*Mind, Value and Reality*, part II)

Projecto *The Bounds of Judgement – Frege, cognitive agents and human thinkers -* **Task 5 Judging morally: thinkers and the parochial**

**“Values and secondary qualities”** (1985)

Este artigo retoma o argumento de Mackie a propósito do estatuto dos valores: a ideia de que eles não fazem parte do tecido do mundo. Relembrando: se atentarmos ao que ele chama a fenomenologia do pensamento e da experiência valorativa, a ideia com que ficamos é a de que os juízos avaliativos decorrem de uma **sensibilidade a aspectos do mundo.** É isto o que a prática e a natureza da experiência moral nos dizem – que os juízos morais são juízos cognitivos; e esta é uma tese com a qual tanto Mackie como McDowell concordam.

Como explicar essa tese fenomenológica? Qual é a natureza dessa sensibilidade? Mackie usa como modelo a percepção, mas referindo-se à capacidade de percepcionar as qualidades primárias. E é esta linha de raciocínio que o conduz à teoria do erro – pois parece de facto estranho supor que existem qualidades primárias (**propriedades do objecto que existem independentemente da forma como o ser humano experiencia esse objecto**) que retivessem aquilo que é essencial a uma experiência valorativa ou fenomenal. O mundo teria que ser de tal forma que conteria propriedades absolutamente neutras e independentes da nossa experiência de ver vermelho, mas que se assemelhariam às qualidades que nós reconhecemos quando experienciamos o vermelho.

Mas por que razão devemos pensar que o modelo a seguir para pensar nas propriedades valorativas é esse, pensando nelas como factos brutos e absolutos (“as brutely and absolutely *there*”, p. 132-3)? A resposta de McD será a seguinte: Mackie segue o modelo das propriedades primárias, porque não concebe que as propriedades secundárias sejam efectivamente propriedades das coisas. Segundo Mackie, a fenomenologia das qualidades secundárias envolve um erro de projecção: à primeira vista, a experiência das propriedades secundárias parece-nos em tudo semelhante à experiência das propriedades primárias, e é por isso que, erroneamente, consideramos que as cores são propriedades das coisas, tal como o é a sua forma. Mas, de facto, enquanto as ideias que formamos das qualidades primárias se assemelham aos seus objectos, as ideias que formamos das qualidades secundárias, não – as cores, ‘tal como nós as vemos’ não pertencem à constituição dos objectos. (cit. 1)

↓

O que McD vai dizer é que não é essa a forma como devemos pensar na fenomenologia das propriedades secundárias (basicamente, como se elas fossem propriedades primárias). As qualidades secundárias devem ser entendidas em termos de uma disposição do objecto para apresentar um certo tipo de aparência perceptiva. (cit. 2) Por exemplo: **a propriedade de um objecto *ser vermelho* deve ser entendida ‘em virtude de o objecto ser de tal forma que, em certas circunstâncias, parece vermelho’.**

(**Dúvida:** é a explicação filosófica de Mackie que está errada ou a própria noção da fenomenologia das propriedades secundárias?)

Entendidas dessa forma, **as propriedades secundárias são objectivas ou subjectivas** (fazem ou não parte do tecido do mundo)**?** As propriedades secundárias pertencem genuinamente ao objecto, no sentido em que ‘um objecto ser de tal forma que parece vermelho é independente da particular experiência de ele parecer vermelho a alguém numa particular ocasião’.(cit.3) Portanto, não há o algo ‘ser vermelho’ que não seja ‘parecer vermelho’ (a alguém). No entanto, podemos dizer que a propriedade de algo parecer vermelho existe independentemente de alguém estar, em dado momento, a ver vermelho.

**De que forma se distinguem, então, propriedades primárias de propriedades secundárias?** A qualidade de ser vermelho de um objecto depende de como os seres humanos com boa acuidade visual e nas condições de iluminação adequadas vêem o objecto.Podemos legitimamente supor que um marciano, por hipótese, ou qualquer outro ser com um aparelho perceptivo diferente, veria cor de modo distinto. Já no caso das propriedades primárias, esses qualificativos não fazem sentido. Um exemplo clássico pode ser a forma – independentemente do modo como qualquer pessoa experiencia uma bola, ela é redonda, ou tem um certo tamanho.

↓

**Dúvida:** em última análise, tendo em conta a obra de McDowell no seu todo, faz sequer algum sentido falar de propriedades “as brutely and absolutely *there*”? A propriedade de algo ser redondo também não se entende em virtude de o objecto ser de tal forma que parece redondo a seres com a nossa arquitectura cognitiva? Não estamos sempre encerrados num determinado ponto de vista – não foi isso que ele quis dizer em “Aesthetic Value…”?

A solução de McD para explicar por que razão Mackie não consegue conceber a realidade das propriedades secundárias, e portanto das propriedades morais, será apontar para a **distinção entre** **dois sentidos de subjectividade/objectividade**:

- as qualidades secundárias serão subjectivas no sentido em que só são concebíveis em termos de certos estados subjectivos a que dão origem; as qualidades primárias serão objectivas porque são concebíveis sem fazer referência a estados subjectivos;

- mas isto não é o mesmo que dizer que num caso temos uma experiência ilusória e no outro uma experiência verídica, como quando dizemos que algo é objectivo porque está aí para ser experienciado - porque pertence ao objecto - enquanto o que é subjectivo é meramente ficcionado.

**Portanto, as propriedades secundárias serão subjectivas no 1º sentido, mas isso não significa que elas não sejam propriedades que caracterizam genuinamente o objecto (que não sejam objectivas no 2º sentido)**. Assim, quando Mackie diz que as propriedades secundárias não fazem parte do tecido do mundo, ele quer dizer que não são objectivas no 2º sentido; no entanto, tudo o que ele nos mostra é que elas não são objectivas no 1º sentido. (cit. 4)

**Outro argumento de Mackie: a superfluidade explicativa –** não existem razões para defender que as propriedades secundárias são propriedades dos objectos também porque não precisamos recorrer a essas propriedades para conseguir explicar a nossa experiência das qualidades secundárias. Basta-nos uma teoria projeccionista.

E este argumento pode ser distendido e abarcar não apenas as qualidades secundárias ou fenomenais mas também os valores – é a ideia de que os valores falham o ‘teste explicativo’, i.e., não precisamos supor a existência de coisas como valores para explicar a nossa experiência de valor. (Mackie refere-se a algo a que chama de **padrões de objectivação**, i.e., as formas por meio das quais nós tendemos a objectivar as nossas atitudes e sentimentos morais, por exemplo. No caso dos valores morais, essa tendência para a objectivação é ainda maior porque eles são em parte socialmente estabelecidos – portanto, **as atitudes que transformamos em valores morais** ‘têm de facto uma origem externa’ (uma origem social), mas não aquela que lhe atribuímos quando dizemos que eles são objectivos. (cit. 5)

De facto, diz McDowell, não faz sentido atribuir aos valores eficácia causal no sentido em que se atribui eficácia causal às propriedades primárias na medida em que uma explicação *meramente* causal ou mecânica não serve para explicar a nossa experiência de valor. Porquê? Porque quando afirmamos de algo que é cruel, essa é uma resposta da nossa parte a objectos que, diz Mc, *merecem* [merit] uma tal resposta, i.e., objectos que têm a capacidade de surgir a nossos olhos como cruéis. (cit. 6) Esses objectos não ‘causariam’ os mesmos efeitos em seres que fossem diferentes de nós.

Mas porque os valores não desempenham papel causal não significa que não sejam reais, e que não haja uma explicação para a experiência valorativa que não seja projecionista. Isto, porque, de igual modo, a ideia de merecimento a que alude uma experiência valorativa também não é captada por uma explicação projeccionista: explicar porque é que sentimos, por exemplo, medo, aludindo a uma projecção do sujeito não permite explicar o fenómeno em causa, porque é que temos medo de um determinado objecto e não de outro. Portanto, não se trata de causação nem de projecção: trata-se de sensibilidade a certos aspectos da realidade.

↓

Uma **objecção** com a qual McD tem que conviver em relação a isto é a seguinte: os valores não são consensuais, nem todos vemos as mesmas coisas como merecendo as mesmas respostas. Como é que, neste quadro, há espaço para a possibilidade do desacordo a respeito do que deve ser valorizado (ou temido, ou admirado, etc.)?

**Em conclusão**, o modelo para pensarmos na realidade e no estatuto dos valores morais nunca poderá ser o das qualidades primárias, até porque não nos serve uma explicação projeccionista. **Pensar a realidade de acordo com o modelo das qualidades primárias é ter da realidade uma concepção com muito pouca espessura** [thin conception of genuine reality] – é dizer que as propriedades a que só temos acesso por sermos as criaturas que somos são ilusórias/meras ficções. Mas, diz McD, se o que queremos é dar conta da experiência de valorizar, não podemos partir de uma concepção do mundo (modelo das qualidades primárias) da qual tal experiência esteja ausente. McD encara como paradoxal e manifestamente estranha uma teoria acerca do estatuto do valor que considere que o valor só pode ser real se puder ser perscrutado a partir de um ponto de vista de onde a capacidade de valorizar esteja ausente (p. 146).

**Este é um ponto importante na argumentação de McD e dos seus oponentes** – a ideia de que é possível dar um passo atrás em relação a essa posição onde nós – criaturas racionais e sensíveis – nos encontramos e explicar essa capacidade como um mecanismo que pudéssemos observar de fora. Ora, de fora, não é possível enxergar os objectos como merecendo ou não valorização, e é por isso que o valor parece o resultado de uma projecção.

Podemos pôr em confronto essas duas formas de analisar a experiência de valorizar e discutir se esta é ou não a melhor forma de considerar a realidade moral; o que não podemos é descartar a hipótese de McDowell do modelo das qualidades secundárias apenas por uma espécie de preconceito metafisico, ou por aquilo a que ele chama uma questão de ‘bom gosto metafísico’.

**Qual a principal objecção que se pode fazer a McDowell? Acusação de circularidade**: o realismo moral de McD é um realismo dependente da sensibilidade humana. Isto quer dizer que se quisermos perceber o que é alguma coisa ser cruel, o mais longe que conseguiríamos ir seria dizer o seguinte: alguma coisa é cruel se for ajuizado como tal por um tipo de pessoa com uma certa sensibilidade e educação, etc.Mas como é que podemos saber quem é esse tipo de pessoa, o juiz apropriado? O juiz apropriado seria precisamente aquele que é capaz de discernir o que é uma acção cruel.

Em sua defesa, McD pode dizer que essa circularidade é precisamente a tradução do facto de não sermos capazes de pensar no que é o valor a partir de fora da nossa experiência valorativa; que não podemos dar o tal passo atrás e pormo-nos numa posição passível de avaliar esses juízos avaliativos. É porque pensamos que isto é possível – e necessário – que um realismo dependente da sensibilidade humana não nos parece suficiente.

Mas, se os factos morais não são independentes dos nossos melhores juízos (sendo desde logo difícil saber o que isto é) acerca do que são esses factos, não temos novamente o espectro do relativismo?